

A IGREJA CATÓLICA E AS RELAÇÕES POLÍTICAS COM O ESTADO NA ERA VARGAS

Paulo Julião da Silvaⁱ

Com a Promulgação da Constituição de 1891, a Igreja Católica sofreu algumas perdas que a deixaram numa situação pouco confortável frente aos desafios da nova fase que se iniciara na história do país. A instituição do casamento civil, a entrega dos cemitérios às prefeituras, o fim do ensino religioso nas escolas públicas e o não pagamento do salário do Clero por pelo Estado, foram algumas das baixas sofridas pelos católicos com a implantação do regime republicano. Alguns decretos também foram estabelecidas já no Governo Provisório deixando clara a nova posição do Estado frente às questões religiosas no país a partir de então. Alguns pontos decretados nessa separação, achamos importante citar para situar melhor o leitor: art.4º - aboliu o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas; no art. 1º proibindo o Governo Federal de fazer leis, regulamentos ou atos administrativos sobre religião; no art. 2º o direito de todas as confissões religiosas de praticarem SUS cultos, sem obstáculos particulares ou públicos; no art.3º a liberdade religiosa aos indivíduos e as igrejas que possuem uma mesma comunhão; no art.5º, personalidade jurídica para todas as igrejas e comunhões religiosas, com cada uma mantendo o domínio de seus bens.

Porém, para muitos católicos a separação entre Igreja e Estado, não foi tão ruim assim. Alguns bispos achavam que o Padroado sufocava o trabalho da igreja frente aos fiéis, e se sentiam mais livres para praticar sua religiosidade. Para esse grupo, os cinco pontos apresentados acima seriam úteis a Igreja porque dava mais liberdade de a religião católica ser praticada no país, sem a *opressão do Estado*. Era uma liberação da ação episcopal e paroquial dos pastores católicos da antiga tutela do poder estatal. A Igreja estaria livre, e não vivendo numa falsa união com o Estado (MARIA, 1981).

A partir daí, a Igreja precisou adotar alguns métodos que até então não eram tidos como necessários, haja vista os *benéficos* que a instituição tinha durante o Império. Ampliou número de dioceses de 13, em 1889, para 58, em 1920; com o suprimento da *falta de vocações* foram *importados* sacerdotes estrangeiros; aumentou o número de pastorais, criando-se inclusive para a classe média e para os intelectuais; incentivou-se a criação de centros - como o Centro Dom Vital, a Ação Católica Universitária e o Instituto Católico de

Altos Estudos, futura PUC de São Paulo. A Igreja precisou mudar sua forma de ação, pois não tinha mais oficialmente o amparo do Estado e financeiramente não podia mais contar com as verbas dos cofres públicos (CAVALCANTI, 1994).

Porém, durante os anos de 1930 a 1945, percebemos que houve uma *união não oficial* entre o Estado e a Igreja Católica no Brasil. É importante destacar que logo quando chegou ao poder, Getúlio Vargas percebeu que teria na Igreja Católica uma forte aliada para a manutenção do seu governo. Segundo Alcir Lenharo (1986), Vargas aproveitou a religião para usá-la como instrumento de dominação. O domínio da fé por parte dos católicos teria ficado evidente. O estado precisava manter o espírito cristão, e Getúlio Vargas precisava ser visto como Pai da nação em uma perspectiva cristã. Para ilustrar suas colocações, o autor cita o apelo popular na proclamação de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil, onde estiveram presentes diversas lideranças políticas. A igreja também teria feito sua parte apoiando o Estado em questões políticas delicadas.

A Igreja Católica procurou manter sua influência política no governo de Vargas, mesmo não estando oficialmente ligada ao Estado. Com a *Revolução de 1930*, o episcopado brasileiro desejou sepultar o Estado laicista, como um caminho para uma sociedade católica no Brasil. Uma das cobranças das lideranças católicas brasileiras era quanto à *gratidão* pelo fato de a Igreja ter evitado uma *revolução sem sangue* no país. A Igreja Católica então se sentiu no direito de reivindicar para a Constituição de 1934 questões religiosas que a ajudariam a barrar o avanço das *esquerdas*. Dentre as reivindicações estariam o ensino religioso nas escolas públicas; a não admissão do divórcio; a presença de capelães entre os militares e o financiamento de obras da Igreja por parte do Estado (BANDEIRA, 2000).

Algumas conquistas foram *obtidas* pela Igreja na nova Carta Magna Nacional, como por exemplo: o reconhecimento do casamento religioso para efeitos civis; a autorização para cemitérios religiosos; a presença de capelães nas forças armadas; a lei que garantia a propaganda contra movimentos *subversivos*; o voto de religiosos nas eleições civis; dentre outras (BANDEIRA, 2000).

Graças a essa união *oficiosa* as diversas reivindicações católicas citadas acima foram cedidas porque o Estado tinha um objetivo bem claro: esperava-se apoio da instituição que era uma das mais antigas do país, e que congregava a maioria dos brasileiros, mesmo que muitos dos que se declaravam católicos não fossem assíduos frequentadores da instituição (CAVALCANTI, 1994).

Para ilustrar o que estamos falando (sobre essa união não oficial), podemos citar Dom Miguel Valverde, então Arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife. Designado pelo papa Pio XI para o referido posto em 14 de fevereiro de 1922, pela bula *Hodie Nos*, tomou posse em julho do mesmo ano tendo seu episcopado se estendido até 1951. Em seu período no pastorado de parte do *rebanho pernambucano*, trabalhou não apenas com as questões religiosas, mas também sociais e políticas em que estava se envolvido o Estado. Seus pronunciamentos eram em favor da *ordem*, lutando contra quem tentasse conter o *status quo* das instituições estatais. Mantinha relações de afinidades com o governo, principalmente na interventoria de Agamenon Magalhães em Pernambuco, colaborando com o regime do Estado Novo.

Dom Miguel Valverde enfatizava que os pernambucanos deveriam se desvencilhar de todo e qualquer movimento que contrariasse os princípios católicos, como o comunismo, as religiões afro-brasileiras e o protestantismo, e partilhassem de uma Igreja unida com o *Estado* e com a *Família*, defendendo o conservadorismo, o patriotismo e o respeito às autoridades (SILVA, 2006).

Analisaremos a partir de agora os periódicos *A Gazeta* e *A Tribuna*, procurando perceber como se deu essa aproximação entre Estado e Igreja mesmo com a Constituição garantindo o Estado Laico desde os primeiros anos da implantação da República.

Religião e política no Estado laico

Desde a chegada de Vargas ao poder, a Igreja Católica procurou se reaproximar do Estado com o objetivo de garantir direitos políticos, usando para isso, interdiscursosⁱⁱ religiosos. Segundo Sérgio Miceli, “[...] a Igreja assumiu o trabalho de encenar grandes cerimônias religiosas das quais os dirigentes políticos podiam extrair generosos dividendos em termos de popularidade” (MICELI, 2001, p. 128). Como exemplo o autor cita o Congresso Arquidiocesano em 1931; procissões solenes em homenagem a Nossa Senhora Aparecida, padroeira oficial do Brasil em 1931; inauguração do Cristo redentor no Corcovado.

Observando o que discorre Sérgio Miceli, podemos inferir que a Igreja Católica estava disposta a dialogar com o Estado, buscando espaços no cenário político nacional. Percebe-se também que o contrário também ocorria. Muitos políticos, percebendo a força

das lideranças eclesiais, militavam em torno de causas religiosas como forma de ampliarem seus leques de influência política.

Em 16 de outubro de 1930, pouco antes da deposição do então presidente Washington Luis, o Padre Campos Goes, escrevendo no periódico católico *A Tribuna* nos dá uma mostra desse possível diálogo. Defendia a “Revolução” (discurso que possuía dizibilidade naquele momento)ⁱⁱⁱ, que deveria ser concluída e com vitória, para implantar a justiça e *salvar* o país das mãos dos *moscovitas* e do capitalismo estrangeiro. Dizia o referido padre:

Não havia justiça. Rasgaram o seu manto impolluto e atirando-a á rua, deixaram-na sobre os apupos dos moleques, soffrendo o anchinalhe dos imbecis. E os humildes, e os pobres, e as viúvas de joelhos em terra, as faces banhadas em lágrimas pediam justiça, clamavam misericórdia ao seu Deus. A miseria invadia o lar. A fome tomara todos os becos, entrara de sertão a dentro. Coisa horrivel de se dizer: morrendo-se de inanição ao lado da opulencia; uma aristocracia sem moral pisando impunemente sobre os cadaveres dos ophams [...] Não havia justiça. Os calabouços para reproduzir as torturas moscovitas inventadas pelo monstro soviet se enchiam dos que lutavam pela salvação do Brasil [...] Que nos restava? Do azorrague, offerecer ao estrangeiro para se desferrar nos lombos do povo brasileiro. Continuar não fora possível. Não havia paz e sem paz o trabalho, o estudo, a própria oração não podem ser feitos. E assim é que Pernambuco, no Brasil inteiro, o que de trabalho fizessemos, os estudos realizados, as preces elevadas a Deus, um único fim devia ter: a regeneração civica, moral e intellectual da nossa terra. A victoria da revolução brasileira (GOES, 1930, p. 4).

Podemos perceber com a citação anterior, que os católicos se preocupavam em angariar espaços na política, coisa que foi se perdendo desde a implantação da República em 1889. O periódico enfatiza que o regime estabelecido seria corrupto, com influências comunistas, que estaria vendendo o Brasil e que não olhava para os menos favorecidos economicamente. O apelo aos católicos é observado quando o padre Campos Goes procura mostrar que nem orações poderiam ser feitas devido a conjuntura política que a República estava inserida. Era preciso mudar, segundo o padre. E para isso, seria necessária uma vitoriosa revolução.

No dia 23 de outubro de 1930, o mesmo periódico na qual escreveu o padre Campos Goes, descreveu que era inútil a tentativa do então presidente se manter no poder. Seria uma atitude ridícula, criminosa e antipatriótica (A TRIBUNA, 1930, p. 4). O mais sensato segundo o periódico era a renúncia. Washington Luiz então deixou o poder, segundo o discurso católico, seguindo os *conselhos* de Dom Sebastião Leme. Esses

conselhos seriam cobrados a Vargas, já que a Igreja, em seus discursos, dizia que tinha ajudado o Brasil a fazer uma *Revolução sem Sangue* (BANDEIRA, 2000).

A cobrança acima fica clara quando o arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker mostra as *sequelas* deixadas na política brasileira com a implantação da República. Segundo o Arcebispo, o movimento de 1889, teria sido construído de forma defeituosa e incompleta por não haver respeitada a religião da maioria dos Brasileiros. A política vigente antes da *Revolução de 1930*, “é anti-democratica, impolitica e contrária ás boas normas governamentais [...]” (BECKER, 1930, p. 2). O religioso se diz feliz por ter sido um gaúcho (Getúlio Vargas) o responsável por *tirar* o Brasil do antigo *julgo* da laicidade. Lembra aos políticos que “a Igreja Catholica, a fórmula organizada da religião de Christo, tem acompanhado a nação desde o dia em que Pedro Alvares Cabral implantou a cruz em terras brasilicas, até ao presente, nas horas de tristeza e nos dias de jublilo” (BECKER, 1930, p. 2), passando a cobrar dos mesmos uma maior participação da Igreja no novo governo ao afirmar que:

Nesta nova phase da vida nacional, é preciso que governantes e governados levantem seu olhar e seu coração a Christo Nosso Senhor Rei supremo e legislador máximo do céu e da terra, a quem deve prestar obediencia os individuos e as collectividades, os Estados e os parlamentos, os partidos políticos e as instituições públicas (BECKER, 1930, p. 2).

Todas as citações referente a fala do Arcebispo de Porto Alegre Dom João Becker, deixava clara a intenção da Igreja Católica quanto a participação política no novo momento que estava passando o Brasil. A referida instituição não queria um papel secundário no *novo momento* em que estava inserido o país. Os políticos, assim como a população deveriam lembrar-se da religião que teria acompanhado o país desde os primeiros europeus que chegaram com Cabral. Esse discurso (de religião fundadora) foi bem aproveitado tanto pelo Estado como pela Igreja, para que ambos mantivessem seus interesses, como descreveu Sérgio Milceli (2001) o qual citamos anteriormente.

As relações da Igreja com o Estado deveriam ser seguidas, pois era *necessário* o amparo moral para que o país fosse governado de forma branda. Leis que afastassem essa união deveriam ser criticadas e banidas. Cristo teria dito que o que fosse de César deveria ficar com Cezar, porém, era necessário que ele aceitasse e ouvisse o que Cristo teria ordenado. São Paulo teria dito que os governantes são autoridades estabelecidas por Deus,

portanto, deveriam prestar contas a Ele de todas as ações quando estivessem na função de líder político em uma sociedade (A TRIBUNA, 1941, p. 8).

No ano de 1931, percebendo que precisava de apoio da população para se manter no poder, Vargas baixou alguns decretos que esperava agradar a maioria da população do país. No mês de abril, por exemplo, instituiu o ensino religioso facultativo nas escolas públicas. Esse decreto era uma das reivindicações políticas da Igreja no que se dizia respeito à educação. Caberia aos pais que não quisessem que seus filhos tivessem o ensino religioso, requeressem no ato da matrícula que retirasse essa disciplina da grade curricular do aluno. Através dessa atitude, o presidente deixava claro sua intenção em *colaborar* com as reivindicações feitas pelas lideranças católicas (MOURA, 2000). A Igreja então expressou sua gratidão ao Então Ministro da Educação por tal feito:

Em todo o Brasil, após a jornada revolucionaria de outubro, formou-se a frente unica dos catholicos contra o laicismo da constituição brasileira, que é uma afronta ás tradições catholicas da nação inteira [...] Apesar das primeiras escaramuças ameaçadoras de um inimigo desleal, a idea incrementou-se e criou vulto na alma catholica de Pernambuco e a sua defesa continuou [...] Agora veio o triumpho. O Ministro Francisco Campos apresentou ao Presidente Provisório da Republica e este sancionaou o projeto de ensino religioso facultativo nas escolas. Era uma aspiração da nação inteira que nasceu, viveu e continua catholica. O brasileiro rejeita o protestantismo que o dollar norte-americano quer nos impor para quebrar nossa soberania com o biblismo standardizado de uns quantos negociadores de nossas crenças [...] É por isso que a alma nacional vibra de alegria com o decreto patriotico que consulta os interesses espirituaes e sociaes da nação inteira porque só a moral catholica é que pode preparar uma nacionalidade forte, capaz de enfrentar as influencias perniciosas do atheismo destruidor e do bolchevismo que tenta avassallar e arruinar os povos (A TRIBUNA, 1931. p. 1).

Ao observarmos a citação anterior, percebemos que o periódico faz menção a alguns aspectos que serão usados pelos católicos na reivindicação de outros *direitos*, por se considerarem a maioria no país.

O primeiro ponto levantado é quanto ao laicismo, que seria inoportuno de ser implantado em um local que desde sua *fundação* mantinha as tradições católicas. O segundo, o do *triumfo* citado pelo jornal, é que o ensino religioso nas escolas seria um desejo da nação *inteira*, o que deveria ser levado em conta pelo governo. O terceiro, é que a *nação brasileira* tinha ódio dos protestantes, que eram antinacionalistas e tentavam implantar a economia e o modo norte-americano de distribuição e venda de bíblias no

Brasil. Esse nacionalismo vai ser inclusive uma das bandeiras da Igreja Católica na sua tentativa de se alinhar ao Estado durante a Era Vargas.

É interessante observarmos bem o discurso nacionalista da Igreja Católica. Um país que quisesse manter as tradições nacionais, segundo a instituição, deveria ter uma língua nacional, uma religião nacional, uma economia nacional e uma política nacional. Quanto à questão da língua, muitos protestantes no Sul do país eram criticados por manterem escolas e cultos em suas línguas de origem, como é o caso de algumas comunidades luteranas alemãs (BOEMENY; COSTA; SCHWARTZMAN, 2000).

Além do decreto sobre o ensino religioso facultativo em escolas públicas, vale ressaltar também que em 1931, o Estado deu pelo menos mais duas mostras que estava disposto a dialogar com a Igreja Católica com objetivo de manter uma relação política amistosa com a instituição. Uma delas foi o reconhecimento de Nossa Senhora aparecida como padroeira do Brasil. A outra, foi à inauguração da estátua do Cristo Redentor, na então Capital Federal, a cidade do Rio de Janeiro, no dia 12 de outubro. Segundo Célio da Cunha (1989), A Igreja Católica viu nessas ações a oportunidade de fazer diversas reivindicações ao governo, onde algumas foram atendidas na Constituição de 1934 (como o casamento religioso com efeitos civis), e outras foram colocadas mais em prática no Estado novo (como a perseguição de forma mais enfática aos comunistas).

Sobre a inauguração da imagem do Cristo Redentor em 1931, foi perceptível no ato da festa o tom político que ela tomou. A presença de autoridades não apenas eclesiásticas, mas também governamentais, nos mostra a intenção do Estado em dialogar, em busca de apoio para governar, com a Igreja Católica. Para muitos outros grupos religiosos significava o desrespeito político do Estado ao compromisso de manutenção da laicidade do país. Por outro lado, a Igreja Católica se via mais fortalecida nas suas intenções políticas junto ao até então presidente provisório (SILVA, 2011).

No ano de 1932, no qual estava prevista para ocorrer eleições para Presidente da República, a Igreja deixava claro como o eleitorado católico deveria votar nas futuras eleições que estavam para acontecer. De forma alguma um católico deveria votar em um candidato que não professasse a fé romana, ou pior, que a combatesse. Deveriam ficar também atentos aos candidatos que defendessem o divórcio e os interesses de quem fosse de encontro a moral cristã. Ficavam na obrigação de “[...] ouvir os seus maiores e melhores amigos, que são os príncipes da Igreja e os seus representantes” (LAET, 1932, p. 1). Com

isso não corriam o risco de desviarem sua atenção a propagandas de candidatos que não coadunavam com os princípios defendidos pelo catolicismo.

Em 1933, com as eleições para a Constituinte se aproximando, os clérigos incentivavam a massa para participarem da política afim de que o país não caísse em mãos *impuras*. As lideranças eclesiásticas apelavam para a participação política dos seus fiéis. Para que a *Revolução de 1930* continuasse vitoriosa, o eleitorado católico precisava ir as urnas e votar em candidatos que legislassem de acordo com os princípios cristãos. Discursava o padre Artur Costa:

A luta é de vida ou morte. Nenhum catholico póde cruzar os braços, com indiferença, em face de uma tão grave situação. O direito do voto deve ser exercido como um dever de consciencia. É a palavra de ordem do episcopado: “Todos ás urnas pela redenção do Brasil”. A Egreja não se envolve directamente nas questões politicas. A sua acção se exerce fóra e acima dos partidos. O catholico, porem, como cidadão, não póde desinteressar-se pela sorte do paiz. Tem o dever de suffragar nas urnas o candidato cujo nome offereça maior segurança para o bem da religião e da pátria (COSTA, 1932, p. 5).

Observando a citação acima é fácil notar o objetivo da igreja com nas eleições que se aproximava. Mesmo dizendo que não se envolveria em política diretamente, o incentivo aos eleitores era quase que uma ordem para a manutenção da *segurança nacional*. A religião também precisaria estar a salvo, e o meio encontrado pela Igreja naquele momento era a ida do eleitorado católico às urnas.

A participação foi efetiva, haja vista as conquistas que teve a Igreja, na qual vários pontos de sua reivindicação política, na qual citamos anteriormente, foram reconhecidos legalmente. Leigos e sacerdotes comemoravam a atuação do eleitorado que enviou para a Assembleia Constituinte, vários representantes que coadunavam com os princípios da Igreja.

A Liga Eleitoral Catholica deve-se a formidavel victoria que na Constituinte, obteve o Catholicismo brasileiro. Não fôra a sua actuação concorrendo ás urnas no memoravel pleito de 3 de maio do anno passado, não fôra a intelligencia dos nossos representantes no Palácio Tiradentes, obedecendo a uma disciplina que dignifica a cosciencia catholica dos cosntituintes em pról dos interesses da Egreja, colocando-os sempre acima, de todas as competições e idéias, não fora a attitude firme e esclarecida de Tristão de Athayde chef civil, do movimento nacional catholico, em harmonia com a orientação diplomatica e apostólica, energica e persuasiva do snr. Cardeal Leme, Arcebispo do Rio de Janeiro – não estaríamos hoje de posse da mais bella victoria que nos annas

pôde inserir, de frente erguida, o Brasil Catholico (A GAZETA, 1934, p. 4).

Nota-se uma satisfação por parte das lideranças religiosas frente a *vitória* que obtiveram na Constituinte. A atuação de intelectuais^{iv}, bem como a de seus principais líderes religiosos é bem destacada. A Igreja estava em festa. O país mantinha as tradições agora reconhecidas legalmente. Mais uma vez o Estado dava mostras de que via no catolicismo um forte aliado político.

No levante comunista em 1935 a Igreja condenou veementemente a ação dos *vermelhos* que tentavam implantar a *desordem* no país. Citou a ação das forças armadas em reprimir o movimento como um ato patriótico em nome da moral e da ordem. O medo da destruição da religião era evidente. Os marxistas seriam ateus, materialistas, reacionários, desordeiros e imorais. O Estado Brasileiro não deveria se render a tais subversivos. A nação deveria dar resposta ao movimento com vigor de quem guarda os princípios cristãos (A GAZETA, 1935).

Com a implantação do regime do Estado Novo em 1937, Vargas tentou mostrar para a população a necessidade do novo momento político para salvar o país de frentes contrárias à ordem e a segurança nacional. O integralismo e o comunismo eram as principais frentes. Apesar de em parte de seu governo Vargas ter dialogado com integralistas, quando se tratava de reprimir os comunistas, em determinado momento, quando viu a intenção dos *verdes* em chegar a assumir a presidência do país, a Ação Integralista Brasileira passou a ser vista como uma ameaça. É importante ressaltar que muitos católicos, inclusive clérigos e intelectuais eram integralistas.

Percebendo que poderia perder o apoio de católicos influentes que ajudaram na sua manutenção do regime em sucessivos golpes, Vargas convocou as lideranças eclesiásticas promovendo em 18 de julho de 1939 no Palácio do Itamarati, um banquete para bispos. No evento, declarou que o Estado necessitava andar junto com a Igreja Católica, pois o país teria nascido “sob o símbolo da cruz” (RODRIGUES, 2005, p. 120).

Alguns católicos passaram a olhar com mais desconfiança o sistema implantado devido às repressões, falta de liberdade de expressão e aliança com a União Soviética na Segunda Guerra Mundial, mesmo que o discurso fosse da luta contra o nazismo e a defesa da soberania nacional. Mas havia também aqueles que defendiam o sistema por considerar unificador. O país deveria extinguir os regionalismos e abraçar o nacionalismo. Isso incluía uma língua nacional e uma religião nacional (A GAZETA, 1938, p. 1).

A documentação aqui analisada nos mostra como durante os 15 anos que governou o país Vargas teve uma grande aliada na sua manutenção no poder. Periódicos editados em Recife mostravam também o anseio das lideranças católicas espalhadas pelo Brasil de que o país não deixasse a religião de lado. O medo do comunismo também foi evidente. Essa união foi benéfica em para os dois lados envolvidos. Embora tenha havido entraves em alguns momentos, Estado e Igreja perceberam que andar juntos naquele contexto ajudaria a combater o que ambos viam como principal ameaça política e espiritual: o comunismo.

Fontes:

- BECKER, João. Por um Brasil catholico. A Tribuna, Recife, 25 dez. 1930. p. 2.
- COSTA, Artur. O dever eleitoral dos catholicos. A Gazeta, Recife, 25 dez, 1932. p. 5.
- GOES, Campos. Porque a revolução. A Tribuna, Recife, 16 out. 1930. p. 4.
- LAET, Carlos de. Os catholicos e a politica. A Gazeta, Recife, 06 mai. 1932. p. 1.
- Liga eleitoral Catholica. A Gazeta, Recife, 17 jun, 1934, p. 4.
- O 1º aniversario do Estado Novo. A Gazeta, Recife, 07 nov. 1938. p. 1.
- O ensino religioso nas escolas. A Tribuna, Recife, 07 mai. 1931. p. 1.
- O momento. A Tribuna, Recife, 23 out. 1930. p. 4.
- Relações entre a Igreja e o Estado. A Tribuna, Recife, 29 nov. 1941. p. 8.
- Um golpe na barbaria comunista em Pernambuco. A Gazeta, Recife, 05 dez. 1935. p. 1.

Referências:

- BANDEIRA, Marina. A Igreja Católica na virada da questão social: anotações para uma história da Igreja no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- BOEMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Maria Ribeiro; SCHWARTZMAN, Simon. Tempos de Capanema. São Paulo: Paz e Terra / Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- CAVALCANTI, Robinson. Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica – 3ª ed. São Paulo: Temática Publicações, 1994.
- CUNHA, Célio da. Educação e autoritarismo no Estado Novo – 2ª ed. São Paulo: CORTEZ, 1989.
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. – 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

LENHARO, Alcir. Sacralização da política – 2ªed. Campinas: Papyrus, 1986.

MARIA, Júlio. A Igreja e a República. Brasília: Câmara dos Deputados/Editora da Universidade de Brasília, 1981.

MICELI, Sergio. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOURA, Laércio Dias de. A educação católica no Brasil: passado, presente, futuro – 2ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. – 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

RODRIGUES, Cândido Moreira. A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934 – 1945). São Paulo: Autêntica Editora, 2005.

SILVA, Paulo Julião da. Embates entre protestantes e católicos quanto às questões políticas na Era Vargas. In: II Encontro do GT Regional Religião e Religiosidades ANPUH PR/SC, 2011. **Anais...** Ponta Grossa (PR): UEPG, 2011. 1296 – 1314.

SILVA, Severino Vicente da. Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da Igreja progressista na arquidiocese de Olinda e Recife. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

Notas

ⁱ Doutorando em história cultural pela UNICAMP. Doutorado financiado pela FAPESP.

ⁱⁱ O interdiscurso é a possibilidade de usar algo já dito na formação de um novo discurso. Para Eni P. Orlandi, “... todo discurso remete a um outro discurso, presente nele por sua ausência necessária. Há o primado do interdiscurso (a memória do dizer) de tal modo que os sentidos são sempre referidos a outros sentidos e é daí que eles tiram sua identidade” (ORLANDI, 1998, p. 30, 31).

ⁱⁱⁱ Dizibilidade é um conceito desenvolvido na Análise de Discurso que estabelece “as condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa ‘dizer alguma coisa’ e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação – essas condições, como se vê, são numerosas e importantes” (FOUCAULT, 2004, p. 50)

^{iv} Sobre a atuação dos Intelectuais Católicos na Era Vargas ver: RODRIGUES, 2005.